



METALINGUAGENS NO MÉTODO DE PETER FREDERICK STRAWSON

Márlon Henrique dos Santos Teixeira¹

Resumo: No presente artigo pretendo aclarar um aparente conflito entre o método filosófico proposto por Strawson e o próprio desenvolvimento de sua filosofia. Ou seja, o apelo à linguagem ordinária, de um lado, e o uso abundante de conceitos técnicos, de outro. A elucidação consiste em notar a função que tais linguagens cumprem em seu projeto, a saber, como metalinguagens.

Palavras-chaves: Linguagem ordinária, metalinguagem, predicados, categorias, Peter Frederick Strawson.

Abstract: On the present paper I intent to make plain a putative conflict between Strawson's method in philosophy and it's development itself. In others words, Strawson's appeal to ordinary language, on one hand, and his plenty technical conceptual usage, on another hand. Clarification is to note the role that such languages meet in your project, namely, as metalanguages.

Key-words: Ordinary language; metalanguage; predicates, categories, Peter Frederick Strawson.

INTRODUÇÃO

Meu presente propósito, neste escrito, consiste em aclarar um ponto acerca do método filosófico de Peter Frederick Strawson. É conhecido seu apelo à linguagem ordinária, e, mais do que isso, sua posição é que, segundo o próprio Strawson (1963, p. 517), “esse [atual uso da linguagem ordinária] é o único ponto do qual o atual modo de operação de conceitos pode ser observado. Se é cortada essa vital conexão, toda sua ingenuidade e imaginação não lhe salvará do colapso no absurdo”. De outro lado, qualquer um que tenha tido o mais sutil contato com a leitura do livro *Individuals*, de Strawson, verá uma abundância de termos que estritamente não pertencem ao uso da linguagem ordinária. Em suma, como pode Strawson desenvolver seu projeto de uma Metafísica Descritiva e, ao mesmo tempo, manter sua fidelidade e respeito à linguagem ordinária? Desse modo, cabe um exame da função dos modos de linguagem usados por Strawson em seu projeto metafísico. Pretende-se mostrar que algumas das formas de linguagem, ordinárias e não ordinárias, que Strawson faz uso em seu projeto cumprem um papel metalingüístico e que

nestas consiste a chave para haver possibilidade de fazer metafísica, enquanto não usando estritamente linguagem ordinária, mas, contudo, mantendo total fidelidade e respeito para com a mesma.

Apresentaremos três formas de metalinguagem, a saber, *a)* enunciados de fatos lingüísticos; *b)* metalinguagem geral natural; e *c)* linguagem técnica do filósofo. Será mostrado que os dois primeiros tipos são naturais, no sentido em que ambos são naturalmente encontrados no discurso ordinário, e que, embora o último tipo não seja naturalmente encontrado no discurso ordinário, sua razão de ser mantém uma conexão com as formas naturais de uso da linguagem.

A) ENUNCIADOS DE FATOS DA LINGUAGEM.

Entre as expressões lingüísticas pertencentes ao nosso quadro ordinário empírico, que usamos para introduzir proposições em nosso universo de discurso, existem aquelas que são usadas para referir às próprias proposições de nosso quadro ordinário. Segundo Strawson (1963, p. 509), “nós comumente usamos um grande campo de expressões substantivas que podem ocorrer como sujeito gramatical de tais predicados como ‘é verdadeiro’, ‘é compatível com isso e isso’ etc.”. Do ponto de vista da referência, do fato de que nós naturalmente dispomos de expressões para referir a tais particulares que possam ser objeto de predicados como ‘é verdade’, ‘é compatível com isso e isso’, segue-se que deve haver tais particulares a que comumente nos referimos. Do ponto de vista predicativo, do fato de que tais expressões como ‘é verdade’, ‘é incompatível com isso e isso’ etc., sejam pertencentes ao vocabulário das pessoas de pensamento menos elaborado e possam ser usadas como predicados de particulares do tipo anterior, segue-se a mesma conclusão anterior. Frisar a existência deste tipo de expressões – que consistem em metalinguagens naturais – também pode servir para que notemos que, anterior ao rígido quadro de proposições científicas e suas explícitas regras por meio das quais o primeiro é introduzido, há um quadro de proposições regido também por regularidades lógicas, ainda que bastante variadas, e que, em seu uso, apresentam também certas regularidades pouco notadas, em função da grande variedade de funções e circunstâncias às quais nossa linguagem ordinária se adequa.

Uma vez assumido que a descrição das regras de uso é o caminho que, de um lado, poderá levar-nos a corrigir paradoxos e perplexidades oriundas do desrespeito das regras de uso de uma expressão lingüística, de outro, à clarificação das características lógicas concernentes a certos usos da linguagem, deveremos notar, também, outro tipo de uso desta metalinguagem natural e essencial para o cumprimento do método. Essas expressões

consistem naquelas usadas por nós, muitas vezes, para corrigir uma criança ou estrangeiros no uso da linguagem; consistem naquelas expressões que são usadas para nos referirmos a nossa ‘realidade conceitual’ (PETER; STRAWSON, 1992b). Ou seja, expressões usadas para referirmo-nos ao nosso habitual uso da linguagem, fatos esses por meio dos quais somos capazes de contrastar com nosso uso de um conceito, a fim de que possamos corrigir algum mau uso de nossa parte – ou alertar a outro. Fazer referência a tais fatos também consiste no único meio pelo qual somos capazes de notar certas características lógicas em nosso operar conceitual. Essas expressões são tais como ‘A referência que tu fizeste’, ‘O que disseste sobre tal e tal’, ‘Essa expressão não é usada pra dizer tal e tal’ etc.

Este aspecto do método ainda se situa dentro da prática filosófica comumente denominada de análise pelo autorⁱⁱ – no sentido de não ser equivalente, em generalidade, com sua noção de Metafísica Descritiva. A referência a fatos da linguagem consiste no critério pelo qual poderíamos confirmar nossa análise, seja ela concebida como terapêutica, ou mesmo de forma mais positiva, na tentativa de clarear a atuação, por assim dizer, de uma característica lógica inerente à determinada prática lingüística. Uma possível objeção concernente a esse ponto refere-se à passagem que há entre um específico termo sendo mal usado e sua correção. É afirmado que nós corrigimos o mau uso de um termo fazendo referência a um fato acerca de nossa realidade conceitual e contrastando o uso espúrio em questão com o fato, sendo assim capaz de corrigir o distúrbio – aqui o modo de confirmação da análise positiva assume a mesma forma, uma vez que temos a análise explícita do uso de um termo confirmada quando conseguimos clarificar as relações lógicas ainda obscuras num determinado uso. De um lado temos um suposto uso espúrio particular de um termo e, de outro, a referência a um fato particular acerca de um uso específico da linguagem ordinária. Porém, não seria necessário algo como uma exaustiva descrição sobre os usos da linguagem em geral para que ulteriormente pudéssemos corrigir o suposto uso espúrio em questão, a partir de uma regra de uso – esta sendo geral? Em uma palavra, o problema é como podemos induzir de um fato particular uma regra que nos possa permitir julgar outro fato particular. Neste aspecto, Strawson responde que o determinante no tocante à análise, além da referência ao fato de confirmação, é “nossa própria íntima familiaridadeⁱⁱⁱ com a linguagem que nós estamos estudando” (1992b, p. 323), de tal forma que o decisivo é algo como um sentimento por parte de cada falante da linguagem e o consenso da comunidade de falantes. Essa resposta também pode nos espelhar dois aspectos do espírito de Strawson: um é seu apelo ao naturalismo, no qual nada necessita ser modificado ou mesmo assegurado, senão apenas entendido; outro é a

insuficiência do procedimento de análise como método, uma vez que sempre temos de tomar mais por garantido do que é elucidado pela análise– carecendo, assim, de uma estratégia mais ampla.

B) PREDICADOS CATEGÓRICOS: METALINGUAGEM GERAL NATURAL.

Proposições filosóficas são também denominadas de proposições categoriais. Essas são, em termos gerais, proposições que afirmam uma relação, pretensamente necessária, entre classes de itens ou entre um item e uma propriedade lógica, como por exemplo: verdade, existência – aqui lógica é tomada num sentido amplo, no qual compreender uma noção implica compreendê-la sob certa outra noção, assim o uso do termo ‘existe’, em seu uso ordinário, estaria atrelado à referência para itens que, normalmente, concebemos sob a categoria de objetos materiais. De tal forma que domina a atenção de filósofos, a elucidação ou a explicação de proposições como ‘O que percebemos é algo material’, ‘Objetos materiais são ocupantes de espaço’, ‘O que existe no mundo tem a qualidade de ser espaço-temporal’; e, de outro lado, ‘Coisas abstratas não são ocupantes de espaço’, ‘Números não possuem peso ou altura’ etc. Nossa definição ainda continua muito bruta, se não vaga; e ainda parece bastante suspeito em que sentido tais proposições podem ser concebidas como algum tipo de metalinguagem.

As pistas para um melhor entendimento nos dois sentidos visados são amplamente introduzidas por Strawson em *Skepticism and Naturalism*, ainda que não pela primeira vez. No primeiro capítulo, Strawson se confronta com a noção clássica de Ceticismo, onde o mau entendimento de tais proposições consiste em uma de suas mais vitais vertentes^{iv}. Nesse texto Strawson (1985) aponta para a ineficácia da tentativa de justificar a crença em proposições categóricas, mantendo que a tarefa da filosofia melhor se adequa a uma modesta elucidação de tais proposições, em vez de sua validação – a qual a natureza já se haveria encarregado previamente. Porém, atendendo a uma melhor caracterização das proposições em questão, Strawson menciona primeiro o reconhecimento, por parte de Carnap, da diferença que há entre um tipo de sentença que nós incorporamos em nosso conjunto de crenças à luz da experiência e outro, que nós aceitamos ou rejeitamos unicamente desde seu significado. Não obstante, Carnap, insistindo na conexão necessária entre as noções de proposição e verificação, acaba por rejeitar o *status* de significantes e, logo, de proposição a tais frases. Em *Categories*, Strawson (1974) frisa que mesmo a

intolerância para tal distinção, desde as condições de atribuição de valores de verdade, ocasiona uma distinção entre sentenças declarativas e não-sentenças da forma declarativa. De toda forma, aqui apenas temos a descrição de duas formas de linguagem, aparentemente, pelo menos, distintas.

Concernente ao sentido que nos interessa no presente momento – a saber, que esses enunciados sejam legítimas proposições e ao mesmo tempo tenham um sentido metalingüístico –, há a alusão de Strawson, em *Skepticism and Naturalism*, a Wittgenstein, este último tratando do tema em um espírito de maior conformidade com nossas intuições comuns. Segundo Strawson (1985, p. 15), Wittgenstein também reconhece a distinção entre os dois tipos de proposições, as aceitáveis ou rejeitáveis desde a luz da experiência e as aceitáveis ou rejeitáveis desde seu significado unicamente. Porém, dando uma caracterização distinta às do segundo tipo, ainda que metafórico em seu modo de enunciar, refere-se a elas como consistindo no “andaime” ou na “estrutura” de nosso aparato conceitual acerca do mundo, ou ainda, que tais proposições constituem a “figura de mundo”, que é o “substrato de todas nossas investigações e asserções”. Nas palavras do próprio Strawson (*Ibid.* p. 16), “ele [Wittgenstein] compara as proposições descrevendo essa figura de mundo às regras de um jogo que podem ser aprendidas puramente na prática sem aprendizagem de qualquer regra explícita”. Embora as analogias e metáforas de Wittgenstein, citadas por Strawson, não consigam nos dar toda segurança no que concerne a nossa visada interpretação de tais proposições – a saber, que elas consistem, de certa forma, em uma natural metalinguagem, essencial no tratamento de problemas filosóficos no desenvolver de seu método –, é em seu artigo *Categories* que é possível encontrar um enunciado claro e confirmador de nossas suspeitas.

Ainda que, talvez, apressadamente, podemos dar uma definição do tipo de predicado envolvido no que denominamos proposições categoriais, a saber, tais predicados são *a priori* aceitáveis de alguns indivíduos, e são ou *a priori* aceitáveis ou *a priori* rejeitáveis de qualquer indivíduo – Strawson (1976) usa o termo ‘*a priori* rejeitável ou aceitável’ como sinônimo de ‘verdadeiro ou falso desde seu significado’. Tomemos, por exemplo, o predicado ‘Tendo localização espacial’. Teremos que, para qualquer indivíduo, o predicado em questão terá o efeito de implicar *a priori* sua rejeitabilidade ou aceitabilidade. Se contrastarmos essa noção com outro grupo de casos problemáticos, participantes do tema categorial, chegaremos a uma importante distinção de tipos de predicados, ambos centrais para nosso tópico. Este outro grupo de casos consiste nos tipos de proposições que Ryle (1954, p. 9) chamou de “proposições geradas de modo

propriamente brusco”. Segundo Strawson (1974), os tipos de predicação envolvidos nestas proposições pressuporiam perfeito respeito a regras gramaticais e não padeceriam de contradição lógica; contudo, teriam uma peculiaridade no que concerne à atribuição de seus valores de verdade, a saber, em certos casos nós *a priori* rejeitaríamos tanto a afirmação quanto a negação do predicado em questão. Podemos definir tais predicados como aceitáveis ou rejeitáveis – à luz da experiência – de alguns indivíduos, e *a priori* Rejeitáveis de outros, agora no sentido em que a Rejeitabilidade, com ‘R’ maiúsculo, significa ser compatível com a rejeição da negação de um modo que não implicaria a afirmação do predicado. Em termos gerais, tal distinção marca a delimitação entre tipos de predicados, no que concerne ao campo de atuação dos mesmos, sendo que *predicados categoriais* – ou envolvidos em proposições categoriais – se definem pela aceitabilidade ou rejeitabilidade *a priori* e pela atribuição do valor de verdade para qualquer indivíduo. De outro lado, *predicados relativos* têm direito à predicação de uma parcela específica de indivíduos, enquanto que, para alguns casos, torna-se absurdo seu uso predicativo – o que também é chamado de impropriedade categórica.

Antes que a relação entre essas duas classes de predicados, delimitados em razão do que chamamos de campo de atuação, seja esclarecida, devemos nos ater a questão da ligação entre o predicado, seja ele pertencente a qualquer das duas classes, e o indivíduo lógico da proposição. Segundo o filósofo:

Um indivíduo é qualquer coisa; i.e., qualquer coisa que pode em princípio, e de qualquer modo, ser distinguida, como a coisa única que ela é, de todos os outros itens e identificado como o mesmo item sob diferentes apresentações ou descrições ou diferentes aparições.

Ser um indivíduo é portar uma característica lógica, de tal forma que não há comprometimento ontológico. Porém, nem todo tipo de expressão lingüística que figura gramaticalmente como sujeito de um enunciado, em seu uso, prova ou implica a introdução de itens individuais em nosso discurso. Pensemos na sentença: ‘O que eu estou pensando tem dois metros de altura’. Ainda que eu esteja pensando no número cinco, tal sentença não nos causa qualquer reação de absurdidade, quanto ao conteúdo da proposição. Assim, quando digo: ‘O número cinco tem dois metros de altura’, tomada de modo literal, causamos uma má impressão, uma impressão de absurdidade, uma vez que números não são coisas que possamos predicar com tais predicados como altura, peso etc. Em suma, podemos dizer que somente expressões do tipo *adequadamente identificadoras* – ou designações adequadamente identificadoras – são as que atendem as exigências de introduzir indivíduos e, eventualmente, produzir enunciados que se caracterizam por coisas como predicação categórica ou impropriedade categórica. Outro modo de enunciar, ainda

que amplo, é: uma designação adequadamente identificadora deve implicar ou incorporar uma caracterização geral do item referido. Linguisticamente falando, uma designação do tipo em questão deve incorporar ou implicar um termo geral. Neste estágio, ainda que de forma bruta, tais definições são suficientes, no que concerne à noção de identificação.

Embora possamos caracterizar impropriedade categórica como um tipo especial de lacuna de valor de verdade – tipo especial, uma vez que os valores de verdade não se põem somente para os casos em que algum item foi com sucesso identificado, ou seja, apenas para os casos em que estamos predicando algo a efetivos indivíduos –, Strawson (1970) sente a necessidade de ulterior elucidação, de forma a harmonizar os dois tipos de enunciados do grupo categorial e livrar tal caracterização de qualquer ceticismo. O ceticismo em questão seria justamente no tocante à possibilidade ou efetiva existência de tal noção de Rejeição da negação que não fosse consistente com a afirmação do predicado. A harmonização consiste no seguinte: mantenhamos em mente o tipo de proposições que sofrem de impropriedade categórica. Tais proposições seriam, por exemplo: ‘O número cinco está na sala’, ‘A humildade tem dois metros de altura’. Tomadas literalmente, qualquer das duas proposições sofre de impropriedade categórica. Porém, em vez de dizermos que o indivíduo em questão não tem a propriedade de ‘estar na sala ou não estar na sala’, segundo Strawson (*Ibid.*), não seria um engano dizer que tal predicado é impróprio, pois implica um tipo especial de predicado, a saber, ‘ter localização espacial’, que é *a priori* rejeitável para qualquer designação adequadamente identificadora de nosso indivíduo em questão. Contudo, essa rejeitabilidade não consiste em nenhum tipo especial, que seja consistente com a rejeitabilidade de sua negação, mas, sim, uma rejeitabilidade que afirma a falsidade do predicado em questão. Assim, temos o seguinte quadro: um conjunto de predicados é relativo quando efetivamente usamos sem qualquer impropriedade para um campo de indivíduos, dado que tais predicados, em seu uso predicativo, implicam um predicado do tipo categorial, que é *a priori* aceitável para qualquer designação adequadamente identificadora deste campo de indivíduos. De outro lado, temos um conjunto – ou mais – de predicados relativos que, em seu uso predicativo para com um determinado campo de indivíduos, implica um predicado categorial que é *a priori* rejeitável para qualquer designação adequadamente identificadora deste campo de indivíduos. A caracterização de ‘predicados relativos’ indica que esses predicados têm seu campo de atuação justamente relativo a um predicado categórico, ou seja, um predicado que descreve uma parcela do mundo em que eles adquirem sua vida. Esta conexão revela o sentido metalingüístico que predicados categoriais têm: predicados categoriais consistem

na forma de enunciar e compreender o campo de atuação de um conjunto de predicados relativos interconectados. Estes últimos têm a característica de ter seus valores de verdade dados à luz da experiência e, em determinadas situações, implicar uma lacuna na definição desses valores pelos motivos aludidos, a saber, por não estarem em seu correto campo de atuação. Quanto a isso Strawson é suficientemente claro ao dizer que:

[...] é muito fácil em alguns casos achar um predicado do tipo desejado – um predicado categorial. Ainda quando nós não podemos achar um predicado que soe naturalmente do tipo desejado, deve ser possível inventar um. Pois se nós realmente temos um tópico, então os predicados de aplicabilidade não-imprópria os quais definem uma categoria relativa, devem formar um campo unificado, e deve haver outros modos de enunciar o princípio de sua unidade do que a precária forma de observação que qualquer indivíduo que está fora de seu campo não é nem £ nem não £ (para qualquer valor ou valores de £) (STRAWSON, 1974, p., 125).

Tal ponto é muito importante no que concerne ao tipo de filosofia encarada pelo autor, além de ser, também, a chave para a possibilidade da metalinguagem artificial que requeremos.

C) RECTACONCEITOS: LINGUAGEM TÉCNICA FILOSÓFICA.

Neste momento nosso interesse se dirige para o problema concernente ao caráter que teriam os próprios conceitos com os quais Strawson desenvolve sua metafísica descritiva, pois há uma série de casos em que o filósofo deseja anunciar de forma geral, nos quais lhe falta vocabulário ordinário. No texto *Carnap's Views on Constructed Systems Versus Natural Languages in Analytic Philosophy*, Strawson (1963, p. 512) alude para a necessidade de “um conjunto de rectaconceitos para dissecação de expressões da linguagem ordinária”, pois a insistência em analogias e associações teria mostrado mais mutilações do que dissecação. De fato, à luz de nossa anterior exposição sobre predicados categoriais e sua conexão com predicados relativos, podemos entender o aparente caráter contraditório no programa de Strawson. Pois de um lado temos o explícito apelo à linguagem ordinária, de onde os conceitos adquirem suas vidas e de onde outros quadros de linguagem, em parte, também a adquirem. De outro, temos o desenvolvimento de um programa repleto de conceitos tecnicamente filosóficos, tomados, esses, como opostos aos ordinários. A chave para compreender tal relação pode ser encontrada na última citação do precedente tópico. Lá foi dito que “é muito fácil em alguns casos achar um predicado do tipo desejado – um predicado categorial. Ainda quando nós não podemos achar um predicado que soe naturalmente do tipo desejado, deve ser possível inventar um”. De fato, até mesmo alguns predicados categoriais, que assumiríamos como ‘naturais’ em nosso uso corrente, para algumas pessoas, à sua primeira vista, não teriam seu significado entendido

plenamente; por exemplo, se perguntado para alguém quais coisas têm a propriedade de ser espaços-temporais, provavelmente, serão necessárias algumas dicas para que o ouvinte venha a ter o sentido requerido em muitos casos. De forma que predicados categoriais, embora seja aceita sua ocorrência em nosso discurso – sob as precedentes razões –, têm a entrada muito mais rara em nossa fala, do que podemos supor, pois são raras as ocasiões em que nos vemos necessitados de fazer enunciados na forma geral que lhes é peculiar. Disso decorre que, para casos em que nenhum predicado do tipo em questão foi criado, não implica que isso não possa ser feito. Sendo assim, para a pergunta: qual critério que nós temos para saber se um conceito filosófico “aponta para o norte antes do que para o nordeste?” (GILBERT; RYLE, p., 183, 1953), temos uma resposta, a saber, que ele deva ser implicado desde o uso de um conjunto de predicados relativos como *a priori* aceitável, ou desde a impropriedade no uso predicativo de um conjunto de predicados relativos, como *a priori* rejeitável. Se nos é pedido um critério geral que regule o uso predicativo, e que possa servir como suporte do primeiro critério, atender a tal pedido parece possível se tivermos em mente, pelo menos, duas afirmações de Strawson acerca do uso fidedigno de predicados. A primeira (PEPER; STRAWSON, p., 54, 1992c), que “[...] deve ser possível para nós – se nós temos o uso de um conceito – encontrar em experiência diferentes casos particulares e distingui-los como diferentes enquanto também os reconhecendo como semelhantes sendo todos aptos à aplicação do mesmo conceito”. E, a segunda (1956, P. 143), que “[...] se um par de expressões contrastantes é usado habitualmente, e geralmente, para os mesmo casos, onde esses casos não formam uma lista fechada de casos, esta é uma condição suficiente para dizer que há classes de casos para os quais as expressões se aplicam”. Para ambas expressões, façamos uma pequena substituição, a saber, onde lemos ‘casos particulares’, na primeira, e somente ‘casos’, na segunda, devemos, a propósito de ajuste com nossa nomenclatura presente, ler indivíduos. O primeiro caso realça o enlace proposicional desde a validação do predicado, o segundo caso, desde os indivíduos.

Há um último ponto aqui. Rectaconceitos são empregados de duas formas distintas. A primeira é como vem sendo mostrada, ou seja, sob o fundo de um campo de atuação de predicados relativos. Esse procedimento, que está em pleno acordo com o que foi exposto até aqui, vem atender ao ramo da filosofia que consiste na descrição das características lógicas de nosso uso do aparato conceitual ordinário, com fins de entender seu campo de atuação – aqui, a noção de ‘campo de atuação’ vem a ter um sentido bem menos metafórico do que parecia ter no momento em que tal tarefa foi enunciada. Contudo, há um segundo modo de emprego no desenvolvimento do método oferecido por Strawson, a

saber, aquele que se refere ao ramo da busca pela fundação de nosso aparato conceitual; este consiste num experimento da imaginação. Porém, nestes casos, a aplicação de nossos critérios ficaria limitada. Ciente da limitação, Strawson (1992b, P. 323) afirma que nós devemos esperar “um acordo entre esses que são particularmente conscientes, e sensíveis, a todas as nuances de expressões lingüísticas, acerca de que modificações em nossa linguagem seriam implicadas por tais mudanças em nossa visão do mundo”.

Uma vez que temos esclarecidas as metalinguagens envolvidas no desenvolvimento da Metafísica Descritiva de Strawson, façamos uma breve recapitulação: há três tipos de metalinguagens: a primeira, natural, constitui os diversos tipos de expressões de que nosso quadro ordinário dispõe para que possamos referir a sua realidade lingüística, e sua função é essencial no que concerne aos ramos terapêutico e de descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual. A segunda, também natural, consiste nos predicados ou termos categoriais que servem para descrever nossa figura de mundo, ou seja, o campo de atuação dos diversos predicados relativos; esta é essencial para qualquer descrição geral de nossas formas de vida lingüísticas, atendendo, essencialmente, aos objetivos do ramo de descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual. E, por fim, o terceiro tipo, o conjunto de *rectaconceitos*, ou conceitos de uso específico do filósofo, são predicados ou termos categoriais do mesmo tipo dos anteriores, porém, diferenciam-se na medida em que têm sua entrada em nosso discurso somente para contemplar os objetivos do filósofo, sendo estes essenciais na descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual e na viabilidade da Metafísica Descritiva, enquanto uma descrição que visa descrever os aspectos mais gerais de nosso aparato conceitual. Sendo assim, por conclusão, podemos dizer que a harmonia entre os princípios do método e o próprio desenvolvimento do método fica assegurada, enquanto mesmo os termos técnicos de utilização do filósofo adquirem seu ‘norte’, se concebidos com a função de descrever o campo de atuação de conceitos relativos. Há pelo menos um ponto que pode padecer de fraqueza, a saber, quando o emprego de conceitos técnicos destina-se a desvelar a fundação de nosso aparato conceitual, uma vez que seu ‘norte’ depende da ‘sensibilidade’ dos demais. E, como filósofos raramente são sensíveis, podemos estar em maus lençóis neste ponto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRICE, Herbert Paul; STRAWSON, Peter Frederick. In *Defense of a Dogma. The Philosophical Review*, Vol. 65, n. 2, p. 141-158, Apr., 1956.

STRAWSON, Peter Frederick. Carnap's Views on Constructed Systems versus Natural Languages in Analytic Philosophy. In: SCHILPP, Paul Arthur. (Ed.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*. LaSalle: Open Court, 1963.

_____. Analysis, Science, and Metaphysics. In: RORTY, Richard (Ed.). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press. 1992a.

_____. Discussion of Strawson's "Analysis, Science, And Metaphysics". In: RORTY, Richard (Ed.). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press. 1992b.

_____. Categories. In: *Freedom and Resentment: and Others Essays*. London: Methuen & Co Ltd, 1976. P. 108-132.

_____. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1992c.

RYLE, Gilbert. Categories. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Vol. XXXVIII, 1937-8.

_____. Ordinary Language. *The Philosophical Review*, Vol. 62, n. 2, p. 167-186, 1953.

ⁱ Aluno do departamento de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria.

ⁱⁱ Cf. STRAWSON, 1992b, p., 318.

ⁱⁱⁱ O termo no original aqui é 'intimate acquaintance'.

^{iv} Cf. STRAWSON, 1974; e RYLE, 1937-8.